

O TRABALHO DO PSICÓLOGO NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA

Dulce Duarte Lopes*
Vanêssa Sales Alves**

RESUMO

A assistência social é uma política pública não contributiva, prestada a todo cidadão que dela precisar, visando garantir o atendimento às necessidades básicas dos segmentos populacionais vulnerabilizados pela pobreza e pela exclusão social. O presente trabalho apresenta um estudo sobre o trabalho do psicólogo no Sistema Único de Assistência Social e suas especificidades no município de Juiz de Fora. Para pesquisar as especificidades do trabalho do psicólogo, foi realizada uma pesquisa de campo nos Centro de Referência de Assistência Social e Centro de Referência Especializado de Assistência Social do município. Observamos a fragilidade das condições de trabalho do profissional de Psicologia nesta área no município: falta de estabilidade, baixos salários, elevada carga horária, falta de capacitação profissional, entre outros exemplos. A inserção do psicólogo na Assistência Social traz uma possibilidade de intervenção e escuta qualificada, atrelada a um processo de superação e de promoção da pessoa. O psicólogo na Assistência Social tem o desafio de contribuir para os processos subjetivos de emancipação e autonomia dos sujeitos em situação de violação de direitos e garantir condições dignas de trabalho para um atendimento de qualidade para os usuários.

Palavras-chave: Assistência Social. Mercado de trabalho. Psicólogo.

1 INTRODUÇÃO

A Assistência Social, de acordo com o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas - CREPOP (2007), visa garantir o atendimento às necessidades básicas dos segmentos populacionais vulnerabilizados pela pobreza e pela exclusão social. A assistência social é uma política pública não contributiva, direito de todo cidadão que dela precisar. Constitui-se como público usuário da política de Assistência Social: cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza ou no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias

* Docente do CESJF e Mestre em Psicologia pelo CESJF. @: dulce.duartelopes@gmail.com

** Graduada em Psicologia pelo CESJF e Especialista em Saúde Pública pelo CUI. @: vanessasaless-hotmail.com

psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal.

O Sistema Único da Assistência Social (SUAS) organiza a oferta da assistência social em todo o Brasil. As ações são baseadas nas orientações da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada em 2004 (BRASIL, 2008).

A gestão das ações socioassistenciais segue o previsto na Norma Operacional Básica do SUAS - NOB/SUAS – (BRASIL, 2005), que disciplina a descentralização administrativa do Sistema, a relação entre as três esferas do Governo e as formas de aplicação dos recursos públicos.

O SUAS é um sistema de atenção hierarquizado a partir de níveis distintos de proteção social e complexidade dividido em: proteção social básica e proteção social especial.

A proteção social básica é relacionada no Centro de Referência de Assistência Social-CRAS. O Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas - CREPOP (2007) aponta que o CRAS se apresenta como possibilidade de prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, bem como fortalecer os vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situações de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). Os serviços e benefícios da Proteção Social Básica são: Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF) – serviço de acompanhamento sócio familiar; Projovem Adolescente – serviço socioeducativo; Serviços de convivência intergeracionais e para crianças de 0 a 6 anos, idosos e pessoas com deficiência; Benefícios eventuais; Benefício de prestação continuada – BPC; e outras ações e projetos de acesso à renda.

A Proteção Social Especial destina-se a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados por ocorrência de: violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual; abandono, rompimento ou fragilização de vínculos ou

REVISTA PSIQUE, Juiz de Fora, v.1, n.1, p.45-61, jan./jul. 2016 – ISSN ?

afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medidas. Diferentemente da Proteção Social Básica que tem um caráter preventivo, a Proteção Social Especial age com natureza protetiva. São ações que requerem maior flexibilidade nas soluções desenvolvidas pelo CREAS e outros serviços, tais como: abrigo, acolhimento e proteção da população de rua.

Os serviços da Proteção Social Especial são: Serviço de proteção a crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI; Serviços de informação, orientação, apoio e de inclusão social para a garantia de direitos aos cidadãos e famílias com direitos violados; Serviços de abrigo para crianças, idosos, pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua; Serviços de atenção a adolescentes com medidas socioeducativas em meio aberto.

Botarelli (2008, p. 59) demonstra que a intervenção psicossocial proposta pela política de assistência tem o objetivo de possibilitar ao “sujeito compreender o que gera o sofrimento, e apoiá-lo na busca por soluções, facilitando uma saída para os impasses e carecimentos”. A emancipação humana e participação devem fazer parte da competência profissional para o trabalho em políticas públicas. O psicólogo pode contribuir para a elaboração e execução de políticas públicas de Assistência Social.

O trabalho do psicólogo no SUAS não deve ter como foco o atendimento psicoterápico, e sim psicossocial. Como recomenda o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2012), a demanda de tratamentos psicoterápicos, identificada pelo profissional na Assistência Social, em casos que necessitem de atendimento, será encaminhada para outros equipamentos da rede local ou regional, vinculados à política pública de saúde. O desafio que se coloca para a Psicologia na Assistência Social é justamente o de construir outras respostas, que não seja o trabalho psicoterápico, e que considerem as características do território de origem do usuário e possam incidir na melhoria das condições de vida desse sujeito.

Como afirma ainda Botarelli (2008), a Psicologia deve recuperar o indivíduo na interseção de sua história com a história de sua sociedade, pois é somente este conhecimento que permite compreender o homem como produtor de sua história. O apoio psicológico básico visa à potencialização de recursos

REVISTA PSIQUE, Juiz de Fora, v.1, n.1, p.45-61, jan./jul. 2016 – ISSN ?

psicossociais individuais e coletivos frente às situações de risco e vulnerabilidade social.

Assim, as intervenções psicológicas com a finalidade da promoção da autonomia têm que envolver a participação efetiva da comunidade, parcerias com instituições, como igrejas e movimentos sociais, ações comprometidas com o bem-estar, com a diversidade e as subjetividades de todos. Os psicólogos devem promover e fortalecer vínculos sócios afetivos, de forma que os atendimentos gerem progressivamente independência dos benefícios oferecidos e promovam a autonomia e emancipação social, evitando a cronificação dos quadros de vulnerabilidade.

2 MÉTODO

Este trabalho trata-se de uma pesquisa de campo com variáveis qualitativas e quantitativas.

O projeto foi aprovado pela Prefeitura Municipal de Juiz de Fora e pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, sob parecer nº 30741514.7.0000.5089.

Os sujeitos foram 14 psicólogos que atuam no SUAS do município de Juiz de Fora. O critério de inclusão foi ser profissional da Psicologia e estar atuando como tal nos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) do município. Dentre os inúmeros serviços que compõem a área da Assistência Social escolhemos os CRAS e CREAS por constituírem porta de entrada para os outros serviços da área e facilitadores do acesso às políticas públicas.

A coleta de dados foi realizada pelas pesquisadoras em setembro de 2014. O instrumento para coleta de dados foi um questionário com perguntas diversas, contendo variáveis referentes às condições de trabalho que dependem do psicólogo, relacionadas à formação e exercício profissional, tais como: formação intelectual, bibliografias lidas, o conhecimento dos instrumentos normativos, a participação em cursos e grupos de estudo, as atividades desenvolvidas pelos profissionais, bem como o planejamento e forma de registro das atividades. E perguntas referentes às condições de trabalho oferecidas pelas instituições empregadoras, tais como: disponibilidade de espaço físico que assegure o sigilo profissional, a disponibilidade de

REVISTA PSIQUE, Juiz de Fora, v.1, n.1, p.45-61, jan./jul. 2016 – ISSN ?

recursos materiais, a disponibilidade de profissionais de Psicologia e de outras áreas, os recursos físicos disponíveis, a carga horária de trabalho, o tipo de vínculo empregatício, a faixa salarial, o reconhecimento da profissão no local de trabalho e a autonomia profissional.

As informações obtidas foram transcritas para posterior análise, organizadas em três etapas: ordenação, classificação dos dados e análise final. Foram identificadas as ideias centrais e aspectos relevantes, no intuito de construir categorias empíricas. Para análise final, foi articulado o material estruturado ao referencial teórico do objeto de estudo, visando à identificação do conteúdo subjacente ao manifestado. Neste sentido, os resultados serão apresentados na seção seguinte, bem como a discussão dos mesmos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A maioria dos profissionais entrevistados lê mais sobre a área de trabalho, Assistência Social, do que publicações da Psicologia (Tabela 1). Apesar de ser importante a leitura de bibliografia da área, o profissional não pode deixar de conhecer as conquistas profissionais, as legislações atuais, os estudos recentes, os debates, desafios e lutas da categoria. CREPOP (2007) aponta que é fundamental o profissional manter-se informado e atualizado em nível teórico/técnico, acompanhando as resoluções que norteiam o exercício, para que suas ações sejam pautadas em referenciais teóricos, técnicos e éticos.

TABELA 1 – Capacitação Profissional

Capacitação Profissional	Percentagem (N=14)	
Participa de cursos de capacitação?	Sim	71%
	Não	29%
Participa de grupos de estudo?	Sim	64%
	Não	36%
Eventos da Área	Seminários	93%
	Encontros	43%
	Conferência	43%
Acesso a bibliografias recentes	Área de trabalho	72%
	Privativas da Psicologia	43%

Fonte: ARQUIVO PESSOAL.

Com o conhecimento da legislação pertinente à profissão, o psicólogo tem possibilidades de qualificar seu exercício profissional respaldado pelos **REVISTA PSIQUE, Juiz de Fora, v.1, n.1, p.45-61, jan./jul. 2016 – ISSN ?**

seus instrumentos normativos, conhecendo seus direitos e deveres, garantindo que não sejam cometidos abusos por parte do empregador com o profissional de Psicologia, bem como do profissional com os usuários.

Observamos na tabela 1 que 71% dos profissionais participam de capacitação profissional, 64% de grupos de estudo, e muitos participam de eventos da área.

TABELA 2 – Planejamento do trabalho

Você Planeja seu trabalho?	Porcentagem (N=14)
Sim	93%
Não	7%

Fonte: ARQUIVO PESSOAL.

Em relação ao planejamento do trabalho realizado pelos psicólogos, observamos que 93% dos entrevistados responderam que planejam o trabalho. A organização do trabalho implica a criação de rotinas e favorece a otimização do tempo e dos recursos materiais. Em relação à população atendida, permite a informação e a apropriação dos serviços socioassistenciais que serão acessados.

De acordo com o CFP (2012), uma das atribuições do psicólogo nesta área é contribuir na elaboração, socialização, execução, acompanhamento e avaliação do plano de trabalho de seu setor de atuação, garantindo a integralidade das ações. Entretanto, ideias originais não podem ser colocadas sempre em cronogramas rigorosos, devem estar livres para surgir nas circunstâncias de dificuldade e conflito.

É importante para o psicólogo registrar todas as suas atividades. O ato de documentar não pode ser considerado uma atividade puramente burocrática, e a produção de documentos não se restringem à execução de juntar documentos para arquivo. Os documentos produzidos pelos profissionais servem para estudo, consulta e acompanhamento de situações ou como provas para determinado fato.

Todos os profissionais entrevistados registram suas atividades de diversas formas: relatórios, anotações em prontuários, boletins estatísticos, livros de ocorrência, banco de dados e PIA (Plano Individual de Atendimento).

Entre as atividades realizadas pelos profissionais pesquisados, destacam-se os atendimentos aos usuários, como podemos constatar através da elevada percentagem de realização das seguintes atividades: atendimentos individuais (100%), atendimentos grupais (71%), encaminhamentos (100%), visitas domiciliares (93%), elaboração de pareceres (71%), entrevistas (57%), entre outras atividades (ver tabela 3). Apontamos também a realização de atividades que atendem as demandas institucional-internas: elaboração e execução de planos, programas e projetos (64%), elaboração de pesquisas (36%) e coordenação de reuniões (71%).

TABELA 3 – Atividades Desenvolvidas

Atividades Desenvolvidas	Percentagem (N=14)
Atendimentos Individuais	100%
Atendimentos Grupais	71%
Coordenação de Reuniões	71%
Encaminhamentos	100%
Entrevistas	57%
Elaboração e execução de planos, programas e projetos	64%
Supervisão de Estágio	0%
Capacitação de Equipe Profissional	0%
Elaboração de pareceres	71%
Visitas Domiciliares	93%
Participação nos conselhos de Políticas Públicas	0%
Elaboração de Pesquisas	36%

Fonte: ARQUIVO PESSOAL.

As outras atividades realizadas foram: preenchimentos burocráticos, organização e classificação de creches, inscrições para programas, participação em reuniões sistemáticas, reuniões de rede, estudo de caso e elaboração de ofícios e relatórios.

Dos profissionais entrevistados, 79% consideram que a Psicologia é reconhecida na instituição e apontam os motivos: muita demanda de trabalho para o psicólogo, receptividade dos usuários e valorização por parte da equipe do trabalho realizado. Os profissionais entrevistados que não consideram a Psicologia reconhecida argumentam que o trabalho pode ser realizado por “Técnico SUAS, o profissional de referência pode ser psicólogo ou assistente social, as duas profissões contêm as mesmas funções, não existindo intervenções exclusivas da Psicologia”.

TABELA 4 – Reconhecimento da Psicologia

A Psicologia é reconhecida na Instituição?	Porcentagem (N=14)
Sim	79%
Não	21%

Fonte: ARQUIVO PESSOAL.

CFP 2012 aponta que muitos psicólogos que atuam no campo da Assistência Social ainda não conseguiram delimitar bem o seu papel na área, que muitas vezes a atuação dos profissionais da Psicologia se confunde com a atuação dos assistentes sociais e os papéis profissionais não estão bem definidos, gerando tensões no ambiente de trabalho.

Pesquisamos sobre o desgaste da relação entre o psicólogo com outros profissionais nos serviços. A relação que menos ocorre desgaste é a do psicólogo com outro psicólogo, e a relação que mais se desgasta é a do psicólogo com o empregador (58%), ficando o percentual próximo do desgaste com a equipe de trabalho (50%).

TABELA 5 – Desgaste na relação do Psicólogo

Desgaste na relação do Psicólogo com:	Porcentagem (N=14)	
Outro psicólogo	Nunca	93%
	Às vezes	7%
	Sempre	0%
Usuário	Nunca	70%
	Às vezes	22%
	Sempre	8%
Empregador	Nunca	42%
	Às vezes	58%
	Sempre	0%
Equipe de trabalho	Nunca	50%
	Às vezes	50%
	Sempre	0%

Fonte: ARQUIVO PESSOAL.

O psicólogo inserido no SUAS é um trabalhador assalariado que depende das condições de trabalho fornecidas pela instituição, e muitas vezes, essas condições acompanhando a lógica da reestruturação produtiva, encontram-se fragilizadas. Os profissionais da área da Assistência Social, em sua maioria (71%), consideram ruim o espaço físico que assegure o sigilo profissional e 29% dos profissionais consideram o espaço físico regular. O número de profissionais que consideram o espaço físico regular ou ruim é significativo, pois nenhum profissional está satisfeito com o espaço físico

disponibilizado para a Psicologia.

Em relação aos recursos humanos disponíveis na instituição, a maioria dos entrevistados considera boa a quantidade de profissionais da Psicologia (64%) e de outras áreas (50%) existentes na instituição. A disponibilidade de profissionais na instituição favorece a possibilidade da realização de um trabalho interdisciplinar. Entre os psicólogos entrevistados, 72% deles consideram boa a possibilidade de trabalho interdisciplinar. Consoante com CFP (2012), quando os profissionais têm possibilidade de aprimorar suas ações com o conhecimento compartilhado entre diferentes profissões, realizam troca de saberes e constroem práticas interdisciplinares mais colaborativas, ricas e flexíveis. A prática interdisciplinar é um diálogo entre pontos de vista para se construírem leituras, compreensões e ações consideradas adequadas, possibilitando a busca de alternativas e soluções para os obstáculos enfrentados, uma vez que não se encontram respostas prontas sobre a condução da prática.

TABELA 6 – Condições de trabalho

Condições de trabalho		Porcentagem
Espaço físico que assegure o sigilo profissional	Bom	0%
	Regular	29%
	Ruim	71%
Disponibilidade de Profissionais da Psicologia	Bom	64%
	Regular	21%
	Ruim	15%
Disponibilidade de recursos humanos de outras áreas	Bom	50%
	Regular	36%
	Ruim	14%
Disponibilidade de recursos materiais	Bom	7%
	Regular	64%
	Ruim	29%
Possibilidade de trabalho interdisciplinar	Bom	72%
	Regular	14%
	Ruim	14%
Recursos físicos	Sala de atendimento	86%
	Sala de permanência	36%
	Arquivo privativo	57%
	Sala de atendimento/permanência	29%

Fonte: ARQUIVO PESSOAL.

Em relação aos recursos físicos disponíveis pelo empregador para a execução do trabalho do psicólogo, observamos que apenas 57% possuem arquivo privativo e 29%, sala para atendimento e permanência. E 86%
REVISTA PSIQUE, Juiz de Fora, v.1, n.1, p.45-61, jan./jul. 2016 – ISSN ?

possuem sala de atendimento sigiloso, mas revezam com outros profissionais. O espaço físico foi apontado pelos profissionais entrevistados como o item que mais prejudica a ética profissional.

TABELA 7 – Carga Horária

Carga Horária Semanal	Porcentagem (N=14)
40 horas	86%
30 horas	7%
20 horas	0%
25 horas	7%

Fonte: ARQUIVO PESSOAL.

Analisando a carga horária dos profissionais, observamos que 86% dos mesmos trabalham 40 horas semanais (Tabela 7). Esta elevada carga horária prejudica a saúde e a segurança do psicólogo, levando os profissionais à fadiga física, mental e emocional pelo desgaste físico e psicológico que podem comprometer a qualidade do atendimento aos usuários. Corroborando com esta ideia, o Projeto de Lei 3.338/2008¹, de autoria do Deputado Federal Felipe Bornier [COLOCAR FONTE AQUI E ACRESCENTAR NAS REFERÊNCIAS AO FINAL](#), visa o estabelecimento de uma jornada reduzida de trabalho de até 30 horas semanais para os psicólogos sem prejuízo salarial, a exemplo do que já ocorre com outras categorias com carga horária regulamentada por lei.

Para abordar a natureza das instituições empregadoras é necessário entender o contexto neoliberal no qual estão inseridas. O projeto neoliberal pretende acabar com a noção de direito das políticas sociais e assistenciais, com seu caráter universalista, de igualdade de acessos, com respostas individuais, focalizadas, descentralizadas e pontuais.

As políticas sociais são retiradas da órbita estatal sendo privatizadas, transferidas para o mercado ou alocadas na sociedade. A responsabilidade pública de garantir serviços sociais é transferida para comunidade, família e ONG (Organização não Governamental).

De acordo com Montano (2002), a privatização das políticas sociais interessa quando é lucrativa: aqueles serviços sociais que não representam um lucro interessante para a iniciativa privada serão sustentados pelo Estado,

¹ O referido projeto de lei foi aprovado pela Câmara dos Deputados no dia 15/07/2014 e enviado para assinatura da Presidenta Dilma Rouseff. [COLOCAR FONTE AQUI E ACRESCENTAR NAS REFERÊNCIAS AO FINAL](#),

transferidos para o terceiro setor ou extinguidos. Terceiro setor consiste em associações e entidades sem fins lucrativos. O setor empresarial dirige atenção para as áreas da previdência social e da saúde, enquanto o terceiro setor orienta-se fundamentalmente para a área da assistência social.

O mesmo autor aponta que as instituições do terceiro setor não têm condições de autofinanciamento e dependem da transferência de fundos públicos para o seu funcionamento, constituindo-se na parceria entre Estado e Sociedade Civil. É menos oneroso que as ONG's prestem serviços pontuais, do que o Estado desenvolva políticas sociais universais permanentes e de qualidade.

Esta tendência de transferir a responsabilidade do Estado com as políticas sociais para a Sociedade Civil pode ser observada a partir da natureza da instituição em que trabalham os psicólogos na área da Assistência Social em Juiz de Fora. A Associação Municipal de Apoio Comunitário (AMAC) é uma associação da Sociedade Civil sem fins lucrativos; financiada por recursos públicos, é a principal executora da política de Assistência Social no município. De acordo com Pereira (2004), a Associação não integra os quadros da administração pública direta ou indireta, ainda que seu financiamento e subordinação sejam diretamente vinculados à gestão municipal. Sendo assim, seus funcionários possuem contratos de trabalho regidos pelo regime de Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

A maioria dos funcionários que trabalham na área da Assistência Social no município é contratada da AMAC. Observamos que 71% dos psicólogos que trabalham nesta área em Juiz de Fora são contratados pelo regime CLT (ver Tabela 8).

TABELA 8 – Vínculo empregatício

Tipo de vínculo empregatício	Porcentagem (N=14)
Contrato Temporário	29%
CLT	71%
Estatutário	0%

Fonte: ARQUIVO PESSOAL.

CREPOP (2007) problematiza que trabalho precário é um obstáculo para o desenvolvimento das políticas públicas, compromete a relação dos trabalhadores com o sistema e prejudica a qualidade e a continuidade de

serviços essenciais. Diante dessa situação, é importante implantar e concretizar uma política de valorização do trabalhador.

Todos os psicólogos entrevistados recebem de 2 a 4 salários mínimos. A categoria profissional não possui piso salarial regulamentado e apresenta variação na remuneração dependendo da instituição empregadora e região do país. Apenas 21% ganham algum tipo de benefício, como vale-transporte e plano de saúde.

A pesquisa abordou também os aspectos que geram tensão no ambiente de trabalho: assédio moral (21%), alta rotatividade (29%), falta de funcionários (36%), intensificação do trabalho (64%), problemas relacionais(21%), instabilidade de vínculo empregatício (29%), sobrecarga de trabalho (50%), absenteísmo (7%), pressão da chefia (14%) e disputas políticas internas (14%), de acordo com a tabela abaixo:

TABELA 9- Tensão no ambiente de trabalho

Tensão no ambiente de trabalho	Porcentagem (N=14)
Assédio Moral	21%
Assédio Sexual	0%
Alta Rotatividade	29%
Falta de funcionários	36%
Intensificação do trabalho	64%
Problemas relacionais	21%
Instabilidade de vínculo empregatício	29%
Sobrecarga de trabalho	50%
Absenteísmo	7%
Esvaziamento da função	0%
Mudança na administração	0%
Pressão da Chefia	14%
Disputas Políticas	14%

Fonte: ARQUIVO PESSOAL.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, 2009), o assédio moral é a exposição dos trabalhadores a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas durante a jornada de trabalho. O assédio moral é mais habitual nas relações hierárquicas e autoritárias que predominam atitudes desumanas e antiéticas das chefias direcionadas aos subordinados. A violência moral, que foi apontada neste trabalho por 21% dos entrevistados, ocasiona desordens emocionais, atinge a dignidade e identidade

da pessoa, altera valores, causa danos psíquicos, interfere negativamente na saúde e na qualidade de vida.

A alta rotatividade de funcionários aparece como um fator expressivo de gerador de tensão no local de trabalho. A rotatividade fica diretamente ligada à fragilidade das relações de trabalho. A recorrente constituição das equipes afeta o estabelecimento de vínculos de confiança e referência com a população. A NOB-RH defende um vínculo de trabalho estatutário para os trabalhadores SUAS. A instabilidade de vínculo trabalhista aparece nesta pesquisa com um percentual de 29%. Debater sobre as condições de trabalho significa pautar o acesso a direitos tanto para trabalhadores quanto para usuários.

De acordo com CFP (2012), o rodízio de profissionais requer medidas voltadas à permanência do corpo técnico, através da melhoria dos vínculos de trabalho. A ampliação de vagas de concurso público para ingresso na Política de Assistência Social torna-se um requisito primordial e requer, na sequência, a implementação de Planos de Carreira, Cargos e Salário.

Outro fator gerador de tensão no ambiente de trabalho foi a falta de funcionários (36%). As equipes incompletas impactam diretamente a qualidade do trabalho, colaborando para o seu baixo alcance. Rebatem ainda nas condições de trabalho, considerando o desgaste emocional dos profissionais face ao vasto leque de demandas sociais para um número reduzido de trabalhadores, em alguns casos, com carga horária excessiva de trabalho.

A intensificação do trabalho e sobrecarga de atividades foram os índices entre os entrevistados que mais geram tensão no local de trabalho. O desafio a ser enfrentado é processo crescente de acúmulo de responsabilidades. Afirmadas nos dispositivos legais da profissão, as competências técnicas da Psicologia tornam-se secundarizadas ao excesso de demanda e às exigências e pressões institucionais.

O absenteísmo consiste no ato de faltar em alguma atividade ou função. Pode ser causado por doenças, por motivos familiares, motivos pessoais, dificuldades financeiras e de transporte, falta de motivação, atitudes impróprias da entidade patronal, entre outros. O fato é que a ausência de um trabalhador no seu ambiente de trabalho provoca problemas, como a desorganização das atividades, queda na qualidade dos serviços prestados e limitação de

REVISTA PSIQUE, Juiz de Fora, v.1, n.1, p.45-61, jan./jul. 2016 – ISSN ?

desempenho. Na pesquisa o absenteísmo aparece com um pequeno índice (7%) como gerador de tensão no ambiente de trabalho.

TABELA 10 – Funções do psicólogo

Funções do Psicólogo	Percentagem (N=14)	
Desempenha tarefas que fogem as atribuições do Psicólogo?	Sim	21%
	Não	79%
Outros profissionais desempenham as funções do Psicólogo?	Sim	36%
	Não	64%

Fonte: ARQUIVO PESSOAL.

Na tabela acima, observamos que 36% dos profissionais entrevistados consideram que outras pessoas na instituição desempenham funções que seriam dos psicólogos e 21% dos profissionais da Psicologia desempenham tarefas que não seriam atividades da profissão, configurando um desvio de funções. Os profissionais são tensionados a executar funções distanciadas do seu campo de conhecimento ou pela ausência de outros profissionais na equipe ou por insuficiência dos serviços das demais áreas setoriais.

A possibilidade de ruptura com a visão caritativa da assistência social e do trabalhador destituído de um aparato teórico metodológico supõe o posicionamento permanente dos profissionais da Psicologia contrário às pressões por maior produtividade, aos vínculos não permanentes, ao acúmulo e desvio de funções, às equipes reduzidas e rotativas diante das demandas territoriais.

Na pesquisa realizada, nenhum psicólogo respondeu que participa de Conselhos de Direito e 86% participam de movimentos da sociedade civil organizada. Vale destacar que a troca de experiências, desafios e concepções nos ambientes de trabalho e a maior presença dos psicólogos nos espaços da categoria, beneficiam argumentação para assegurar a especificidade da Psicologia na Assistência Social, considerando a afirmação que a profissão não deriva de uma atuação individual, mas de um movimento coletivo dos profissionais.

CFP (2012) destaca que a ampliação da participação de psicólogos nos espaços de reflexão representativas dos trabalhadores da área significa a

possibilidade de contribuir para a construção da identidade do trabalhador do SUAS. Neste aspecto, os órgãos de representação da categoria contêm papel primordial no sentido de provocar o debate entre os profissionais e elaborar contribuições que ampliem a capacidade argumentativa dos trabalhadores.

Por último, apontamos que 79% dos profissionais entrevistados estão satisfeitos com o seu trabalho, apesar dos diversos desafios colocados para a profissão nesta área de atuação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício profissional do psicólogo, inscrito na divisão sócio técnica do trabalho, é diretamente influenciado pelas relações presentes na sociedade capitalista. Os psicólogos, independente da área ou município em que atuam, também sofrem os efeitos das transformações do capitalismo, que resultam na fragilidade das relações de trabalho. Este fato foi observado na pesquisa realizada com os psicólogos do SUAS no município de Juiz de Fora.

A participação do psicólogo nas políticas públicas deve ser pautada na garantia dos direitos humanos, na emancipação humana, na cidadania e a serviço das lutas contra as injustiças, pobreza e violência. Não deve reforçar a tutela do Estado, a visão da caridade e a submissão dos sujeitos às políticas públicas.

A área da Assistência Social requer profissionais qualificados para um atendimento às situações complexas que demandam um trabalho articulado, integrado, democrático e participativo. Com isto, temos a necessidade de buscar um debate sobre os conteúdos a serem incorporados nos processos de formação que atendam às requisições atuais da intervenção profissional nesta Política Pública.

Enfim, a Psicologia, na área da Assistência Social, tem o desafio de contribuir para os processos subjetivos de emancipação e autonomia dos sujeitos em situação de violação de direitos e conquistar condições dignas de trabalho, que permitam um atendimento de qualidade para os usuários dos serviços em consonância com o Código de Ética Profissionais.

THE WORK OF PSYCHOLOGISTS IN THE UNIFIED SOCIAL ASSISTANCE SYSTEM IN THE CITY OF JUIZ DE FORA

ABSTRACT

Social assistance is a non-contributory public policy, given to every citizen that need it in order to ensure the treatment of basic needs of population groups disenfranchised by poverty and social exclusion. This paper presents a study of psychologists work in the Single Social Assistance System and its specificities in Juiz de Fora city. To research the work specificities of psychology professional it was performed a field research in the Social Assistance Reference Center and Specialized Reference Center for Social Assistance in the city. We observed the precarious work conditions for the psychology professional in this area of the city: lack of stability, low wages, high workload, lack of professional training, among other examples. The insertion of psychologists in Social Assistance brings a possibility of intervention and qualified listening, linked to a process of overcoming and person's promotion. Psychologist in Social Assistance has the challenge to contribute to the subjective processes of emancipation and autonomy of individuals in violation of rights situation, besides ensuring decent working conditions, which allows a quality service to users.

Keywords: Social Assistance. Employment Market. Psychologist.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio **da Resolução** n.º 130, de 15/07/05.

BOTARELLI, Adalberto. **O psicólogo nas políticas de proteção social: uma análise dos sentidos e da práxis**. Tese (Doutorado)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

CFP - Conselho Federal de Psicologia. Referências técnicas para Prática de Psicólogas(os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS / Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2012. 58 p.

CREPOP - Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS/ Conselho Federal de Psicologia (CFP). -Brasília, CFP, 2007.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social.** São Paulo: Editora Cortez, 2002.

REVISTA PSIQUE, Juiz de Fora, v.1, n.1, p.45-61, jan./jul. 2016 – ISSN ?

MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. **Assédio moral e sexual no trabalho** – Brasília: MTE, ASCOM, 2009.

PEREIRA, Clara P. Vaz. **A singularidade do trabalho do Assistente Social na esfera pública em Juiz de Fora**. 2004. Monografia (Conclusão de Curso de Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2004.